

Demonstrações Financeiras

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Central Geradora Eólica Colibri S.A.
Caldeirão Grande do Piauí - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Colibri S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho', is written over the printed name.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC-SP-294991/O-4

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.933	2.161
Contas a receber	5	801	713
Impostos e contribuições a recuperar		2	22
Adiantamento a fornecedores		319	65
Estoque de peças para manutenção da usina	6	-	108
Outras contas a receber		18	34
		<u>3.073</u>	<u>3.103</u>
Não circulante			
Contas a receber	5	326	-
Partes relacionadas	9	61	-
Impostos e contribuições a recuperar		-	837
		<u>387</u>	<u>837</u>
Imobilizado			
Intangível	7	52.206	54.549
		12	13
		<u>52.218</u>	<u>54.562</u>
Total do ativo		<u>55.678</u>	<u>58.502</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	226	1.733
Partes relacionadas	9	155	86
Impostos e contribuições a recolher		44	53
Imposto de renda e contribuição social a pagar		83	97
Outras contas a pagar		-	2
		<u>508</u>	<u>1.971</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher		39	140
Partes relacionadas	9	89.863	92.213
Provisão para desmantelamento	10	76	60
Outras contas a pagar		174	100
		<u>90.152</u>	<u>92.513</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	11	13.545	13.545
Prejuízos acumulados		(48.527)	(49.527)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(34.982)</u>	<u>(35.982)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>55.678</u>	<u>58.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	12	<u>12.424</u>	12.991
Custos dos serviços		<u>(8.876)</u>	(9.303)
Custos de operação	13	(2.456)	(1.843)
Depreciação	7	(2.787)	(2.742)
Amortização		(1)	-
Compra de energia elétrica	14	(2.137)	(3.387)
Encargos de uso da rede elétrica	15	(1.495)	(1.331)
Lucro bruto		<u>3.548</u>	3.688
Despesas operacionais		<u>(2.337)</u>	(1.121)
Serviços de terceiros		(321)	(329)
Despesas com pessoal	16	(1.053)	(686)
Despesas administrativas		(119)	(99)
Impostos e taxas		(5)	(6)
Perda de créditos tributários		(837)	-
Outras despesas operacionais		(2)	(1)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		<u>1.211</u>	2.567
Resultado financeiro líquido	17	<u>218</u>	(31)
Receitas financeiras		314	56
Despesas financeiras		(96)	(87)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.429</u>	2.536
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	<u>(429)</u>	(401)
Lucro líquido do exercício		<u>1.000</u>	2.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>1.000</u>	<u>2.135</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>1.000</u>	<u>2.135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	13.545	(51.662)	(38.117)
Lucro do exercício absorvido por prejuízos acumulados	-	2.135	2.135
Em 31 de dezembro de 2021	13.545	(49.527)	(35.982)
Lucro do exercício absorvido por prejuízos acumulados		1.000	1.000
Em 31 de dezembro de 2022	12.545	(48.527)	(34.982)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.429	2.536
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciação	7	2.787	2.742
Amortização		1	-
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	10 e 17	54	9
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento	10 e 17	(38)	-
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	17	(123)	-
Perda de créditos tributários		837	-
		4.947	5.287
(Aumento) redução de ativos			
Contas a receber		(414)	256
Impostos e contribuições a recuperar		20	-
Adiantamento a fornecedores		(254)	(32)
Estoque de peças para manutenção da usina		108	-
Partes relacionadas		(61)	(171)
Outras contas a receber		16	(21)
		(585)	32
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(1.507)	(269)
Impostos e contribuições a recolher		(20)	57
Outras contas a pagar		72	102
Partes relacionadas		69	-
		(1.386)	(110)
		2.976	5.209
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(410)	(375)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		2.566	4.834
Atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	7	(490)	(559)
Baixa de ativo imobilizado e intangível		46	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(444)	(559)
Atividades de financiamento			
Partes relacionadas		(2.350)	(3.104)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(2.350)	(3.104)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		(228)	1.171
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.161	990
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.933	2.161
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(228)	1.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Central Geradora Eólica Colibri S.A., anteriormente denominada Central Eólica Colibri Ltda., (“Colibri” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 29 de novembro de 2010 e possui sede na Serra do Araripe s/n no município de Caldeirão Grande, estado do Piauí. Nos termos de seu Estatuto Social, Companhia tem por objeto social: (a) desenvolver estudos, projetar, construir, operar e manter especificamente a Central Geradora Eólica Ventos de Santo Adriano; (b) desenvolver estudos, projetar, construir, operar e manter empreendimento com base em fonte de energia eólica; (c) projetar, construir e operar linhas de distribuição, transmissão e subestação de energia elétrica em qualquer classe de tensão associada à Central Geradora Eólica Ventos de Santo Adriano. A Companhia é controlada pela Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (“CGER”), uma subsidiária da Ibitu Energias Renováveis S.A., sendo essa controlada pela holding Ibitu Energia S.A. (“Grupo Ibitu Energia”), e tendo como controladora final o fundo de investimento Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP ASTRA”).

a) Operação comercial

Em 17 de agosto de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) emitiu o despacho nº 2.531, no qual autorizou a Central Geradora Eólica (CGE) Colibri a entrar em operação comercial a partir de 18 de agosto de 2017.

b) Autorização

A Companhia está em regime de autorização e tem toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010, conforme quadro a seguir.

	<u>Contrato</u>	<u>Resolução autorizativa ANEEL</u>	<u>Datas de início de suprimento do CER</u>	<u>Prazo autorização - anos</u>	<u>Capacidade de produção instalada - MW</u>
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	Venda de Energia Eólica Incentivada	4.394/2013	01.01.16	30	29,7

c) Contrato de energia incentivada

A Companhia possui toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, a partir de 1 de janeiro de 2016 no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para a Venda de Energia Eólica Incentivada, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

c) Contrato de energia incentivada--Continuação

De acordo com o contrato, a Companhia está obrigada a entregar a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contrato de compra que vier a ser celebrado com terceiros. Durante o ano de 2022 e 2021, a Companhia comprou energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu no mercado de curto prazo para suprir parte do contrato (nota 14).

1.1. Continuidade Operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$34.982 (R\$35.982 em 31 de dezembro de 2021), devido a empréstimos contraídos pela Companhia até 2016 e que foram adquiridos dos bancos pelo controlador indireto da Companhia, APUS FIDC, e, como parte do processo de reestruturação do Grupo Ibitu, a dívida foi convertida em mútuo não oneroso com a controladora Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A., em novembro de 2020, no montante de R\$95.317, correspondente ao saldo de R\$89.863 em 31 de dezembro de 2022 (R\$92.213 em 31 de dezembro de 2021) - nota 9.

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Companhia apresenta lucro líquido do exercício R\$1.000 em 2022 e R\$2.135 em 2021, respectivamente, com geração de caixa operacional positiva de R\$2.565 em 2022 e R\$4.834 em 2021. O encerramento do exercício social de 2022 apresenta um Capital Circulante Líquido ("CCL") positivo de R\$2.565 (R\$1.132 em 2021), por conseguinte, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2 Impactos COVID-19

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "*impairment*" de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2023.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Operações em conjunto

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras das operações em conjunto:

a) Consórcio Conexão – Operações em conjunto (*joint operations*)

A Companhia, em conjunto com outros parques eólicos na mesma região dos seus empreendimentos, compôs e mantém um consórcio, denominado Consórcio Conexão, para construção, manutenção e operação de Subestação Seccionadora/Elevadora de 230/500kV e de Linha de Transmissão de 500kV de uso comum e interesse restrito pelas consorciadas, sem personalidade jurídica nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76 e legislação correlata, localizado na Fazenda Serra do Inácio, sem número, zona rural, município de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí. A subestação e as linhas de transmissão são utilizadas de forma compartilhada pelas consorciadas para conexão e transmissão da energia gerada.

O Consórcio é formado por participações proporcionais das consorciadas, com direitos e deveres limitados à sua participação, devendo ser aportado pelas consorciadas os recursos necessários para operacionalização do Consórcio em conta específica criada para controle dos aportes recebidos e pagamentos dos gastos do Consórcio. A administração do Consórcio é feita de forma compartilhada entre consorciadas, por meio de comitê de operacionalização formado por representantes das consorciadas, além de uma liderança rotativa de uma das consorciadas com deveres de gestão, representação, fiscalização e apresentação das contas do Consórcio, com mandato de dois anos.

De acordo com CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, itens 20 a 22, que tratam de contabilização de operações em conjunto (*joint operation*), os ativos, passivos e resultados da operação do Consórcio são reconhecidos pela respectiva participação de cada uma das consorciadas, e estão evidenciadas em cada conta do balanço patrimonial e demonstração do resultado da Companhia.

A participação da Companhia no Consórcio Conexão é de 2,475%.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.7);
- Provisão para desmantelamento (nota 10); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 19).

3. Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2022 e 2021. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques de peças para manutenção das usinas

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a materiais que serão consumidos nas manutenções dos equipamentos da usina. O valor do estoque inclui todos os custos de aquisição e qualquer outro custo necessário para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Os custos dos estoques são atribuídos pelo critério do custo médio ponderado. Esse estoque é composto por itens que, quando movimentados, não devem refletir nos registros contábeis do Ativo Imobilizado, esses itens possuem características de despesas quando consumidos.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Intangível--Continuação

anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

a) Servidão de passagem

Faixas de servidão são direitos de passagem das linhas de transmissão na área que liga o parque eólico à subestação, que passa em propriedades particulares de áreas urbanas e rurais, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

3.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 1 de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6 Imobilizado--Continuação

Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09, limitadas ao período de autorização.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.7 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.8 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem as provisões para desmantelamento, tributárias e trabalhistas. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisões para desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos dos parques eólicos consideram que as controladas assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde estão instalados. As provisões foram inicialmente mensuradas ao valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Provisões--Continuação

(b) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a (R\$78.000 a partir de 2014) no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Para o exercício de 2022 e 2021 a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10 Aluguéis e arrendamentos

Para a construção e operação de seu parque eólico, a Companhia arrendou terrenos junto a terceiros, partes independentes. Os contratos de arrendamento são em geral de 25 anos. Tendo em vista que, de acordo com o contrato, a Companhia efetuará pagamentos mensais variáveis correspondente entre 1% e 1,5% do valor do efetivo faturamento de energia produzida, cujos custos são reconhecidos na demonstração de resultados da apuração mensal (nota 13).

A Administração entende que não é aplicável o tratamento de reconhecimento de ativo e passivos de arrendamentos conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos, visto que o pagamento baseado nas variações de receitas de energia não permite estimativas para aplicação.

Ao final do contrato, a Companhia tem o direito de preferência para aquisição dos imóveis, em iguais condições com terceiros.

3.11 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.13 Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.13 Apuração do resultado--Continuação

a) Receitas--Continuação

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas, sendo: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia ocorre quando há venda de energia acima da garantia física da usina, ela é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente a compra de energia quando a geração não for suficiente para suprir o contrato de venda de energia, gastos com manutenção e operação dos equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e prestações de serviços na operação, arrendamentos de terrenos, depreciação de ativos, e encargos de transmissão.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020	01.01.2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros		
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e contas-correntes	27	46
Aplicações financeiras - Consórcio Conexão	205	80
Aplicações financeiras (*)	1.701	2.035
	<u>1.933</u>	<u>2.161</u>

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100,50% e 99,24% da variação do CDI, respectivamente em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de contas a receber de clientes, refere-se a valores a vencer decorrente da liquidação dos contratos de energia incentivada.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias, excetuando transações com partes relacionadas que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Dentro dos saldos de Contas a receber de clientes existem valores de transações com partes relacionadas (nota 9) relativos à venda de energia com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda, conforme a seguir:

	2022	2021
Circulante		
Cemig Geração e Transmissão S.A.	801	713
Não circulante		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (nota 9)	326	-
	<u>1.127</u>	<u>713</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando a expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoque de peças para manutenção da usina

A Companhia mantém estoque de peças sobressalentes para garantir manutenção de seu parque eólico nos montantes abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	108	108
Baixas para consumo	(108)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>108</u>

7. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, que é a responsável por estabelecer a vida útil-econômica de cada bem integrante da infraestrutura de geração, limitadas ao período da autorização.

	Taxa média de depreciação anual %	2022			2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Instalações	3,33 %	13.152	(2.338)	10.814	13.152	(1.900)	11.252
Máquinas e equipamentos	4,47 %	50.365	(11.659)	38.706	49.875	(9.432)	40.443
Máquinas e equipamentos - Consórcio Conexão	4,43 %	2.709	(794)	1.915	2.755	(672)	2.083
Provisão para desmantelamento	-	51	(48)	3	51	(48)	3
		66.277	(14.839)	51.438	65.833	(12.052)	53.781
Em curso							
Adiantamento a fornecedores		768	-	768	768	-	768
		768	-	768	768	-	768
Total		67.045	(14.839)	52.206	66.601	(12.052)	54.549

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

(a) A movimentação do imobilizado é como segue

	Custo			Depreciação			Valor contábil		
	Em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022
Em serviço									
Instalações	13.152	-	-	13.152	(1.900)	(438)	(2.338)	11.252	10.814
Máquinas e equipamentos	49.875	490	-	50.365	(9.432)	(2.227)	(11.659)	40.443	38.706
Máquinas e equipamentos - Consórcio Conexão	2.755	-	(46)	2.709	(672)	(122)	(794)	2.083	1.915
Provisão para desmantelamento (*)	51	-	-	51	(48)	-	(48)	3	3
	65.833	490	(46)	66.277	(12.052)	(2.787)	(14.839)	53.781	51.438
Em curso									
Adiantamento a fornecedores	768	-	-	768	-	-	-	768	768
	768	-	-	768	-	-	-	768	768
	66.601	490	(46)	67.045	(12.052)	(2.787)	(14.839)	54.549	52.206

	Custo			Depreciação			Valor contábil		
	Em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021
Em serviço									
Instalações	13.152	-	-	13.152	(1.461)	(439)	(1.900)	11.691	11.252
Máquinas e equipamentos	49.316	559	-	49.875	(7.252)	(2.180)	(9.432)	42.064	40.443
Máquinas e equipamentos - Consórcio Conexão	2.755	-	-	2.755	(550)	(122)	(672)	2.205	2.083
Provisão para desmantelamento (*)	1.217	-	(1.166)	51	(47)	(1)	(48)	1.171	3
	66.440	559	(1.166)	65.833	(9.310)	(2.742)	(12.052)	57.131	53.781
Em curso									
Adiantamento a fornecedores	768	-	-	768	-	-	-	768	768
	768	-	-	768	-	-	-	768	768
	67.208	559	(1.166)	66.601	(9.310)	(2.742)	(12.052)	57.899	54.549

(*) A movimentação de R\$1.166 refere-se a remensuração realizada pela Companhia dos custos necessários para desmantelamento dos parques geradores, conforme nota explicativa 10.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente valores a pagar remanescentes por compras de materiais e serviços da operação e manutenção do parque eólico, compra de energia, e encargos de uso da rede.

Dentro dos saldos de Contas a Pagar de Fornecedores existem valores de transações com partes relacionadas com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda., destacado na nota 9, relativo à compra de energia conforme a seguir:

	2022	2021
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (nota 9)	-	1.432
Fornecedores diversos	107	84
Fornecedores do Consórcio Conexão	119	217
	226	1.733

O vencimento de fornecedores ocorrerá em até 3 meses, com exceção de saldos com partes relacionadas que são pagos sob demanda. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há saldo vencido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui operação de risco sacado.

9. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como demonstrados a seguir:

	2022	2021
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (nota 5)	326	-
Ativo não circulante – Contas a receber – Venda de energia	326	-
Ibitu Energias Renováveis S.A. (**)	3	-
Ibitu Energia S.A. (**)	58	-
Total partes relacionadas – Ativo não circulante	61	-
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (nota 8)	-	1.432
Total partes relacionadas – Fornecedores – Compra de energia	-	1.432
Central Geradora Solar Danúbio S.A. (*)	22	86
Ibitu Energias Renováveis S.A.	11	-
Ibitu Energia S.A.	122	-
Total partes relacionadas - Passivo circulante – Compartilhamento de despesas	155	86
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (***)	89.863	92.213
Total partes relacionadas - Passivo não circulante - Mútuo	89.863	92.213

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas--Continuação

Operações no resultado do ano:	2022	2021
Receitas de venda de energia		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (nota 12)	1.118	2.809
	1.118	2.809
Custo de compra de energia		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (nota 14)	(2.049)	(3.387)
	(2.049)	(3.387)
Serviço de consultoria		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (****) (nota 13)	(775)	(131)
	(775)	(131)
Despesas com contrato de compartilhamento de gastos		
Ibitu Energias Renováveis S.A.	(117)	(217)
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	(87)	(86)
Ibitu Energia S.A.	(1.542)	(1.207)
	(1.746)	(1.510)
Total partes relacionadas - Resultado	(3.452)	(2.219)

(*) Contas a pagar com Danúbio referente a compartilhamento de despesa de uso de equipamentos de conexão e transmissão do Complexo Caldeirão.

(**) Refere-se à devolução de compartilhamento de despesas cobrado a maior.

(***) Refere-se substancialmente ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a sua controladora por meio da assunção da dívida em novembro de 2020, no montante de R\$95.317. Os mútuos serão pagos ao longo da operação da Companhia até o fim de sua autorização, sem a incidência de juros ou quaisquer correções monetárias. Abaixo demonstramos a movimentação dos dois últimos exercícios:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	92.213	95.317
(-) Pagamentos	(2.350)	(3.104)
Saldo no final do exercício	89.863	92.213

(****) Gerenciamento do portfólio de energia, com o objetivo de proteger a Companhia de riscos de preços do PLD no submercado sudeste.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos diretores da Companhia é paga pela controladora indireta Ibitu Energia S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para desmantelamento

O saldo de R\$76 (R\$60, em 31 de dezembro de 2021), refere-se ao valor da provisão para desmantelamento do parque eólico, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta da Companhia, conforme levantamento técnico efetuado por equipe interna de engenharia. Este levantamento leva em consideração as obrigações de desmantelamento existentes que são em função dos contratos regulatórios e ambientais da Companhia, tendo como contrapartida o ativo imobilizado, em seu reconhecimento inicial, subsequentemente, as atualizações financeiras e ajustes a valor presente incorridos sobre a provisão são registrados em contrapartida ao resultado financeiro. Os valores de estimativa do levantamento foram projetados até o término dos prazos de autorização, com atualização pelo IPCA, e posteriormente ajustado a valor presente à taxa de desconto de 12,81% a.a., sendo reavaliados periodicamente pela Companhia.

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo remanescente de autorização.

	2022	2021
Saldo no início do exercício	60	1.217
Remensuração (*)	-	(1.166)
Atualização financeira (nota 17)	54	9
Ajuste a valor presente (nota 17)	(38)	-
Saldo no final do exercício	<u>76</u>	<u>60</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia revisou as estimativas para desmantelamento e identificou necessidade de ajuste na mensuração da provisão, que foi registrado em contrapartida ao ativo imobilizado (nota 7). Em 31 de dezembro de 2022, em nova revisão realizada, as métricas utilizadas no final do exercício anterior foram consideradas adequadas pela Administração, por isso, nenhuma remensuração ou ajustes foram necessários.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$13.545, representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Valor
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.	13.545.481	100%	13.545
Total	<u>13.545.481</u>	<u>100%</u>	<u>13.545</u>

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Destinação do resultado

No exercício em que houver lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da Reserva Legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 3% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos Acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria. Os lucros líquidos dos exercícios de 2022 e 2021, R\$1.000 e R\$2.135, respectivamente, foram absorvidos pelos prejuízos acumulados, que totalizam R\$48.527 em 31 de dezembro de 2022 e R\$49.527 em 2021.

12. Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Suprimento de energia elétrica - terceiros	11.815	10.711
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 9)	1.118	2.809
Total receita bruta (nota 18)	<u>12.933</u>	<u>13.520</u>
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(84)	(88)
COFINS	(388)	(406)
Taxa de fiscalização	(37)	(35)
Total das deduções	<u>(509)</u>	<u>(529)</u>
Total	<u>12.424</u>	<u>12.991</u>

13. Custos de operação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo com pessoal	(359)	(325)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção (**)	(954)	(1.028)
Serviços de consultoria em comercialização de energia (*) (nota 9)	(775)	(131)
Compartilhamento de custos de subestação e instalação de transmissão (nota 9)	(87)	(86)
Aluguéis e arrendamentos	(206)	(201)
Seguros	(67)	(62)
Impostos e taxas	(7)	-
Outros custos	(1)	(10)
	<u>(2.456)</u>	<u>(1.843)</u>

(*) Gerenciamento do portfólio de energia, com o objetivo de proteger a Companhia de riscos de preços do PLD no submercado sudeste (nota 9). A oscilação do custo dessa rubrica está relacionada, e é inversamente proporcional, às diferenças de preços de PLD entre submercados ocorridas mensalmente ao longo do ano.

(**) Aumento do custo relacionado ao plano de recuperação e melhoria dos parques a fim de manter alto índice de disponibilidade da usina.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Compra de energia elétrica

Para o cumprimento do contrato de venda de energia incentivada, mencionado na nota 1, a Companhia firmou contrato com partes relacionadas para suprir a obrigação de entrega de energia pelo contrato e exposição durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante, de R\$2.137 (R\$3.387 em 31 de dezembro de 2021), conforme abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Compra de energia elétrica - CCEE	(88)	-
Compra de energia elétrica - partes relacionadas (nota 9)	(2.049)	(3.387)
Total compra de energia elétrica	<u>(2.137)</u>	<u>(3.387)</u>

15. Encargos de uso da rede elétrica

O valor registrado no resultado de 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$1.495 (R\$1.331 em 31 de dezembro de 2021) refere-se substancialmente à Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST) pago mensalmente às concessionárias de transmissão. O valor pago é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST), estabelecido no contrato e são atualizados mediante regulamentação da ANEEL.

Adicionalmente, conforme Lei nº 9.427/1996, a Companhia tem redução de 50% do valor da TUST decorrente da potência injetada nos sistemas de transmissão ser inferior a 30MW.

16. Despesas com pessoal

O saldo de R\$1.053 (R\$686 em 31 de dezembro de 2021) trata-se de compartilhamento de despesas com pessoal cobradas pela controladora indireta, Ibitu Energia S.A., que centraliza o gerenciamento da folha de pagamento do Grupo. A variação ocorrida entre os anos de 2022 e 2021 é decorrente principalmente do aumento do valor do bônus e participação nos resultados.

17. Resultado financeiro líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	153	56
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (nota 10)	38	-
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	123	-
	<u>314</u>	<u>56</u>
Despesas financeiras		
IOF, taxas e comissões sobre fiança bancária	(40)	(27)
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento (nota 10)	(54)	(9)
Outras variações monetárias	-	(50)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)
	<u>(96)</u>	<u>(87)</u>
Total	<u>218</u>	<u>(31)</u>

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta (nota 12)	12.933	13.520
Total receita bruta	12.933	13.520
IRPJ		
Alíquota da base	8%	
Base de cálculo do IRPJ	1.035	1.082
Alíquota nominal	15%	(162)
Alíquota adicional	10%	(86)
Total IR sobre Receita Bruta	(234)	(248)
Base Receita financeira (regime de caixa)	162	23
Alíquota nominal	15%	(3)
Alíquota adicional	10%	(2)
Total IR sobre Receita financeira	(40)	(5)
Total final IR a pagar	(274)	(253)
Total receita bruta	12.933	13.520
CSLL		
Alíquota da base	12%	
Base de cálculo da CSLL	1.552	1.622
Alíquota	9%	(146)
Total CSLL sobre Receita Bruta	(140)	(146)
Base Receita financeira (regime de caixa)	162	23
Alíquota	9%	(2)
Total CSLL sobre Receita financeira	(15)	(2)
Total final CSLL a pagar	(155)	(148)
Total IR/CSLL a pagar	(429)	(401)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.429	2.536
Alíquota efetiva	30,02%	15,81%

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui demandas judiciais com prognóstico de perda avaliado como provável.

a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

A seguir as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro de 2022:

Tipo de processo	Resumo da ação	2022		2021
		Quantidade	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Arbitragem	Procedimento arbitral – Pedido contraposto (*)	1	R\$14.100	R\$14.100

(*) Em 27 de abril de 2020, a Companhia, em conjunto com outras empresas do Grupo Ibitu, ingressou com arbitragem requerendo o pagamento de danos, multas e indenizações por parte do fornecedor, no valor de R\$114 milhões (ativo). Houve pedido contraposto no valor histórico de R\$14,1 milhões para todo o grupo (R\$14 milhões em 31 de dezembro de 2021 - passivo). O prognóstico de perda foi classificado como possível pelo escritório que patrocina a ação, em relação a ambos os pedidos, considerando que ainda se está em fase de instrução processual (as provas estão sendo produzidas e ainda será realizada audiência). Destaca-se que esse procedimento foi dividido em duas arbitragens, em virtude das competências das câmaras arbitrais. Nessa fase do procedimento arbitral os montantes/danos líquidos de cada entidade do grupo não são individualmente mensuráveis.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora indireta), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Riscos e *Compliance*.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro – (gerenciamento de risco)

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

i) *Risco de crédito*

O risco de crédito é administrado pela controladora, sendo que o risco de inadimplência impacta as receitas das usinas eólicas.

Para 31 de dezembro de 2022, o risco de crédito da Companhia relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia das usinas será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

ii) *Risco de escassez de vento*

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento nos parques eólicos, ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na diminuição de receita e/ou na necessidade de suprimento de energia, com impactos sobre o resultado do negócio.

iii) *Risco de liquidez*

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Os recursos financeiros da Companhia foram obtidos por meio de captação de empréstimos bancários e parte dos recursos tiveram como objetivo o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados e o saldo restante teve o intuito de devolver parte de recursos capitalizados anteriormente pelo FIP ASTRA (controladora final do Grupo Ibitu).

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro – (gerenciamento de risco)--Continuação

iii) *Risco de liquidez*--Continuação

Abaixo são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2022	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	226	226
Total	226	226

iv) *Estimativa do valor justo*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a Administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de contas a receber e partes relacionadas estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Dessa forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro – (gerenciamento de risco)--Continuação

v) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2022	2021	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e contas correntes (caixa e equivalentes de caixa)	27	45	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	1.906	2.116	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	801	713	-	Custo amortizado
Adiantamento a fornecedores	319	65	-	Custo amortizado
Outras contas a receber	18	34	-	Custo amortizado
	<u>3.071</u>	<u>2.973</u>		
Não circulante				
Contas a receber	326	-	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	61	-	-	Custo amortizado
	<u>387</u>	<u>-</u>		
Total ativos financeiros	<u>3.458</u>	<u>2.973</u>		
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	226	1.733	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	155	86	-	Custo amortizado
	<u>381</u>	<u>1.819</u>		
Não circulante				
Partes relacionadas	89.863	92.213	-	Custo amortizado
Outras contas a pagar	174	100	-	Custo amortizado
	<u>90.037</u>	<u>92.313</u>		
Total passivos financeiros	<u>90.418</u>	<u>94.132</u>		

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro – (gerenciamento de risco)--Continuação

v) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não são apresentadas nestas demonstrações financeiras quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

vi) *Qualidade do crédito dos ativos financeiros*

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conta-corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	<u>1.933</u>	2.161
	<u>1.933</u>	<u>2.161</u>

b) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL.

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

A Controladora indireta da Companhia, a Ibitu Energia S.A., detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and Officers*) que abrange todas as Companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Itens/Bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura (R\$)	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - Danos materiais, Quebra de máquinas / Danos elétricos, e outros	162.000	até 07/11/2023
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - Operações amplas	10.000	até 07/04/2023

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

a) Entendimento do STF sobre a eficácia temporal da coisa julgada

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou o julgamento dos Recursos Extraordinários de nº 955.227 e nº 949.297, vinculados aos temas de repercussão geral 881 e 885, em que se discutem, respectivamente, os limites da coisa julgada individual tributária de trato continuado em face de decisões em controle concentrado e difuso de constitucionalidade.

Por unanimidade, foi acolhido o entendimento no sentido da interrupção imediata dos efeitos da coisa julgada nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, independente do tributo que se esteja discutindo, quando o STF se manifestar em sentido oposto e desfavoravelmente ao contribuinte, no controle concentrado de constitucionalidade ou na sistemática da repercussão geral. Ou seja, a interrupção automática não se aplica aos casos em que a manifestação do STF em sentido oposto à coisa julgada se der em sede de recurso não submetido à sistemática de repercussão geral ou controle concentrado de constitucionalidade.

Central Geradora Eólica Colibri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes--Continuação

a) Entendimento do STF sobre a eficácia temporal da coisa julgada--Continuação

Os ministros também entenderam que os efeitos dessas decisões do Supremo, nas hipóteses de relações tributárias de trato continuado, devem ser aplicados imediatamente, independe do ajuizamento de Ação Rescisória, porém, respeitados os princípios da anterioridade anual ou nonagesimal, conforme o caso.

Além disso, foi afastada a modulação de efeitos das decisões tomadas nos temas 881 e 885, ou seja, desta forma a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido deve ser recolhida desde 2007, respeitada a prescrição.

Em suma, o contribuinte que obteve uma decisão judicial favorável em sede de controle difuso de constitucionalidade com o respectivo trânsito em julgado reconhecendo a ausência de obrigatoriedade no pagamento de determinado tributo de trato continuado, perde automaticamente seu direito diante de novo entendimento do STF, em controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, que considere a cobrança constitucional, sem a necessidade de ajuizamento de ação rescisória pelo Fisco.

Tal decisão tem como principal fundamento a manutenção da coisa julgada enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a gerou, sendo que se houver alteração fática ou jurídica, para aqueles tributos de trato continuado, ela perderá sua eficácia, sobrepondo-se o controle concentrado de constitucionalidade sobre o difuso, seguindo-se a sistemática da sistemática dos recursos repetitivos e da uniformização de jurisprudência. Tal regra não se aplica para aqueles tributos únicos, tal como, por exemplo, o recolhimento do ITBI.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui decisão definitiva em seu favor que desonere o pagamento de tributo e que possa ser impactada pelo novo entendimento do STF, por isso, a Administração acredita que estas demonstrações financeiras estão livres de efeitos desse julgamento.

b) Transferência não onerosa e definitiva dos bens pertencentes ao Consórcio Conexão

Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia, em conjunto com todas as consorciadas participantes do Consórcio Conexão (nota 2.4 (b)), celebrou Termo de Transferência Não Onerosa e Definitiva das Instalações de Conexão e Transmissão, pertencentes ao consórcio à concessionária de transmissão Simões Transmissora de Energia S.A. que passará a ser responsável por sua operação e manutenção.

Com a transferência dos ativos, como impacto contábil e financeiro, a Administração espera é a redução dos gastos com manutenção dos ativos, conseqüentemente, a necessidade de realizar aportes no consórcio.

* * *